

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da **INEPAR S.A. Indústria e Construções (INEPAR)** e informações consolidadas das empresas controladas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.
As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

A EMPRESA
Somos uma empresa especializada no fornecimento de sistemas integrados, equipamentos e serviços para as áreas de infraestrutura, voltada principalmente aos setores de Energia Elétrica, Óleo & Gás, Mineração, Siderurgia e Transporte Metroferroviário.
Contamos com um dos maiores e mais bem equipados parques fabris da América Latina, localizado em Araraquara, no interior do Estado de São Paulo, onde são fabricados nossos equipamentos pela controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e com uma equipe especializada em projetos na modalidade EPC através da IESA Óleo & Gás S.A.

O setor de energia elétrica continuará demandando grandes investimentos em infraestrutura, pois as taxas de consumo de energia elétrica apresentam índice de crescimento superior ao PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil. A expectativa é que entre 2010 e 2019 haja uma expansão hidrelétrica com acréscimo da potência instalada em 35 mil MW, o que faz a controlada IESA, em conjunto com a joint-venture AHI – Andritz Hydro INEPAR, vislumbrar a continuidade de grandes oportunidades de novos negócios, principalmente na área de hidrogeração.
No setor de Óleo & Gás, o cenário mercadológico mostra-se também muito promissor, devido ao plano de investimento anunciado pela Petrobras de US\$ 236 bilhões para os anos de 2013 à 2017 em plataformas de exploração e de produção de petróleo, novas refinarias e novas plantas de processamento de gás, cuja expectativa entre 2010 e 2019 é de que a produção anual da Petrobras passe de 2,2 milhões de barris/dia para 5,1 milhões de barris/dia e a capacidade de refino passe de 2 milhões de barris/dia para 3,3 milhões, o que demandará a contratação de muitos projetos na modalidade EPC e também a contratação para fabricação de equipamentos, sendo de até 70% o conteúdo produzido no Brasil, conforme orientação da ANP (Agência Nacional de Petróleo).
Em 2012 a joint-venture TIIASA (Triunfo Iesa Infraestrutura S.A.), com participação igualitária entre as empresas IESA e TRIUNFO, consolida-se como uma importante fornecedora de infra-estrutura nas áreas de transporte ferroviário, para passageiros e cargas, e como fornecedora de projetos para área de saneamento, compreendidos entre sistemas de fornecimento de água e tratamento de esgoto e também em estruturas de drenagens fluviais e recuperação e desassoreamento de rios de grande porte.

Atualmente a TIIASA executa simultaneamente mais de 25 empreendimentos nestes segmentos, o que lhe garante um faturamento da ordem de R\$ 250 milhões por ano e encerrou o ano de 2012 com uma carteira de contratos assinados superior a R\$ 930 milhões, com um prazo médio de execução de 3 anos.

Este volume de carteira garante uma grande vantagem competitiva para os próximos períodos, vislumbrando um crescimento contínuo e sustentável.

Entre as obras já executadas ou em andamento constam empreendimentos como construção de importantes trechos da Ferrovia Norte Sul que ligará o Brasil de sul a norte com mais de 1800 km de extensão, obras de expansão de linhas no metrô de São Paulo, construções de estações de metrô, desassoreamento do Rio Tietê em SP e outros tantos de igual importância.

A TIIASA em seu 4º ano de vida já consta como uma das mais importantes empresas em seu segmento de atuação, sendo reconhecida por seus clientes como uma empresa de excelente performance atuando sempre com qualidade e eficiência em todos os projetos que participa.

Damos ênfase também que neste exercício foi constituída uma sociedade para instalação da primeira fábrica licenciada para utilizar o sistema Inovatec System no Brasil, com a geração de pagamento de royalties. Esta operação de franchising está sendo realizada em associação com a THC – Triunfo Holding de Construções Ltda.

A Inepar Triunfo Sistemas Construtivos tem como objetivo a fabricação, industrialização e comercialização de casas populares através principalmente do Programa Minha Casa Minha Vida cujo déficit habitacional está estimado em 8 milhões de residências, principalmente na faixa 1 de renda.

A fabricação será através de painéis compostos estruturais especiais desenvolvidos a partir de fibra de vidro, resinas epóxicas, poliuretano e um exclusivo sistema de soldagem química a frio.

A expectativa é que as máquinas que serão utilizadas na fabricação dos painéis cheguem a partir de julho/13 e a produção se inicie em janeiro de 2014.

CERTIFICAÇÕES
Para atender às exigências de mercado, a **INEPAR** e as suas empresas controladas e coligadas estão obtendo as seguintes certificações:

- Certificação na área nuclear
- Certificado ISO 9000
- Certificado Selo Asme
- Certificado Onip
- Certificado ISO 14.001 – Gestão ambiental
- Certificado OHSAS 18.001 – Gestão de segurança e saúde no trabalho
- Certificado ISO 29001

REESTRUTURAÇÃO
A Companhia vem evoluindo na conclusão de um pesado plano de reestruturação, que envolveu durante quase uma década, todas as áreas operacionais desde a prospecção, comercialização, engenharia, industrialização, adequação fabril, pesquisa e desenvolvimento, associações, redução e regularização de passivo fiscal, financeiro e trabalhista, relacionamento com mercado de capitais, e principalmente recuperação do nosso posicionamento no mercado de infra-estrutura em que atuamos.

No Comunicado ao Mercado de 16 de janeiro de 2012, destacamos as mais importantes conquistas de nosso Plano de Reestruturação, envolvendo a "Nova Estrutura de Negócios" e a "Estruturação Econômico – Financeira".

Com referência ao equacionamento das nossas dívidas tributárias, a **INEPAR** e suas controladas e coligadas foram incluídas no parcelamento dos impostos e contribuições previdenciárias junto à Receita Federal do Brasil, de acordo com a Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 (Refis), cujo pagamento foi parcelado em 180 meses.

Ainda, a Companhia, através da sua área de Planejamento Tributário, contratou profissionais especializados para a revisão de todos os seus débitos e de suas coligadas incluídos no parcelamento do Refis, existindo portanto neste trabalho de revisão perspectivas positivas quanto à redução destes débitos tributários já parcelados, uma vez que num primeiro levantamento foi peticionado pela Inepar S.A. Indústria e Construções o montante de R\$ 123.892.549,78.

Em complemento às nossas negociações em curso com o BNDES, destacamos que parte do endividamento já foi liquidado com a nossa participação na CELPA e o saldo remanescente estamos em processo de negociação para dação de pagamento de nossas ações no capital da CEMAT.

Eleivamos a transferência para a Companhia da participação detida pela Holding Inepar Administração e Participações S.A. na Companhia Brasileira de Diques (CBD) e TIIASA, mediante a dação em pagamento da aquisição da CBD com a devolução dos Títulos da Dívida Pública Federal Externa (TDPE), conforme mencionado no Fato Relevante de 03.04.2012.

A Companhia vem ao longo dos últimos anos reestruturando suas operações visando criação de maior valor aos acionistas e focando recursos em seu "core business".

CVM – EXIGÊNCIAS FORMULADAS
Com relação às divergências de entendimentos havidas entre a Companhia e a CVM, decorrentes de processos administrativos, aos quais foram objetos de esclarecimentos ao Mercado através dos Comunicados de 16.01.2012 e 04.07.2012. Para tanto, a Companhia informa que já realizou parte das exigências e que está estudando medidas necessárias que permitam a solução definitiva dos temas objeto das determinações da CVM.

GOVERNANÇA CORPORATIVA
Passo importante no caminho da adoção das melhores práticas de Governança Corporativa adotadas pela Companhia, foi a conclusão do processo de profissionalização da gestão da Companhia, passando os principais acionistas controladores a exercerem somente as funções de membros do Conselho de Administração, além da participação de 2 membros independentes no referido Conselho, representantes dos acionistas minoritários.

A Companhia reconhecendo a necessidade de uma relação mais efetiva e eficiente com o Mercado de Capitais criou em 2012 o Comitê de Relações com o Mercado de Capitais com autonomia para elaborar e implementar um plano de reestruturação abrangente que envolva todas as atividades de relacionamento da Companhia com o citado mercado.

DIVIDENDOS DECLARADOS
Os dividendos declarados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 02 de maio de 2011, no valor total de R\$ 10.492.620,07 (dez milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e vinte reais e sete centavos), ainda estão pendentes de pagamento, tendo em vista determinações judiciais decorrentes de débitos tributários já incluídos no Refis, e que a Companhia está tomando todas as medidas judiciais cabíveis para liberação do pagamento, ressaltando, ainda, que as debêntures da 2ª emissão que inicialmente impediam o tal pagamento já foram liquidadas.

INVESTIMENTOS DE CAPITAL
Em 2012 a Companhia realizou "Investimentos de Capital" num total de R\$ 42 milhões em reposicionamento, modernização e aquisição de equipamentos essenciais para os processos fabris, mantendo as necessárias condições para ampliar a capacidade fabril e a produtividade.

Grande parte destes investimentos foi aplicada em projetos da IESA Óleo e Gás visando expandir e incrementar novos negócios relacionados à Petrobras.

Para 2013, está previsto um forte investimento da ordem de R\$ 80 milhões na construção da Unidade de Charqueadas - RS para atender ao contrato de fornecimento de módulos para plataformas do Pré-Sal.

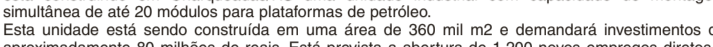
A Companhia tem como objetivo a aplicação de aproximadamente 2% da receita bruta em investimentos para modernização da fábrica, processos industriais / administrativos e pesquisa.

DESEMPENHO COMERCIAL
A carteira de encomendas da Companhia atingiu o patamar de R\$ 4,5 bilhões superando o recorde de 2009. Através das ações do plano de reestruturação, a carteira de pedidos tem-se mantido acima de R\$ 4,0 bilhões, em especial em função do desenvolvimento da IESA Óleo & Gás que hoje representa aproximadamente 60% do faturamento da Companhia.
A manutenção da classificação nível A no cadastro da Petrobras (CRCC) aliado às cláusulas da ANP (Agência Nacional de Petróleo) de conteúdo nacional, a qual estabeleceu a fabricação no Brasil de até 70% dos empreendimentos de exploração e produção, coloca a IESA Óleo & Gás em posição de destaque no mercado, a fim de continuar participando do plano de investimentos da Petrobras de US\$ 236,7 Bilhões para os próximos 05 anos.
Durante o ano de 2012, a IESA Óleo & Gás assinou o maior contrato da história da Inepar. Trata-se do contrato de fornecimento de 24 módulos de compressão de CO2 para seis FPSOs replicantes, com opção de fornecimento de mais 08 módulos para outras duas FPSOs, cujo contratante é um consórcio formado entre a Petrobras, BG Group, Petrolgal e Repsol Sinopec. Esses módulos são responsáveis pelos sistemas de compressão e injeção de CO2, compressão para exportação de gás, injeção de gás e compressão de gás principal com recuperação de vapor.
Para atender a este contrato de fornecimento de módulos e visando um mercado que deverá demandar 1.200 módulos para equipar 100 plataformas nos próximos 10 anos, a IESA Óleo & Gás está construindo em Charqueadas/RS uma unidade industrial com capacidade de montagem simultânea de até 20 módulos para plataformas de petróleo.
Esta unidade está sendo construída em uma área de 360 mil m2 e demandará investimentos de aproximadamente 80 milhões de reais. Está prevista a abertura de 1.200 novos empregos diretos e indiretos: serão treinados na região engenheiros, montadores, soldadores, eletricitistas, encanadores etc. – para tanto, a empresa conta com a excelente estrutura das escolas técnicas existentes naquele município.

Outro destaque de 2012 foi a licitação vencida para prestar serviços de construção, montagem e manutenção de integridade nas plataformas da Unidade de Operações da Bacia de Campos (UO-BC) da Petrobras. O trabalho será realizado durante as campanhas de manutenção das plataformas com apoio de Unidade de Manutenção e Segurança (UMS). Este modelo de contratação com apoio de UMS é um modelo novo criado pela Petrobras, do qual a IESA saiu na frente de seus concorrentes.

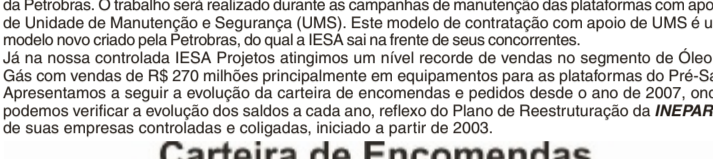
Já na nossa controlada IESA Projetos atingimos um nível recorde de vendas no segmento de Óleo e Gás com vendas de R\$ 270 milhões principalmente em equipamentos para as plataformas do Pré-Sal. Apresentamos a seguir a evolução da carteira de encomendas e pedidos desde o ano de 2007, onde podemos verificar a evolução dos saldos a cada ano, reflexo do Plano de Reestruturação da **INEPAR** e de suas empresas controladas e coligadas, iniciado a partir de 2003.

Carteira de Encomendas



O desempenho comercial apresentado nos últimos anos consolidou as atividades da Companhia nos setores de atuação, demonstrando competência tecnológica para enfrentar um mercado que se tornou altamente competitivo e globalizado.

A carteira de encomendas ao final do exercício de 2012 estava assim distribuída, por segmento de atuação:



DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO
A receita operacional bruta consolidada neste exercício atingiu o montante recorde de R\$ 2.009,6 milhões contra R\$ 1.657,7 milhões no exercício de 2011, representando um crescimento de 21,2%. Apresentamos abaixo a evolução dos valores da receita bruta desde o ano de 2007:

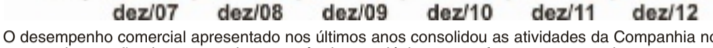
Receita Bruta em 31 de dezembro em milhões de R\$



Este crescimento acentuado da receita tem permitido à Companhia o crescimento da margem bruta nominal consolidada. Fechamos o período com R\$ 347,4 milhões de margem bruta ante R\$ 289,7 milhões em 2011.

Um dos fatores que tem contribuído para o crescimento da margem bruta nominal nos últimos anos, mesmo dentro de um ambiente de aumento da competitividade global, conforme demonstrado no quadro abaixo, são os constantes acréscimos da receita bruta operacional obtidos em função principalmente de: i) manutenção da carteira em níveis médios acima de R\$ 3,5 bilhões; ii) pelo fato de estarmos focados em segmentos de infraestrutura que tem demandado investimentos; iii) melhora da produtividade e da pontualidade no atendimento dos nossos contratos e iv) busca no desenvolvimento de parcerias com fornecedores nacionais e internacionais com foco em diminuição do custo:

Margem Bruta milhões R\$



A geração de caixa operacional consolidado, medida pelo EBITDA, produziu R\$ 148,0 milhões com uma margem de 7,9% em relação ao faturamento líquido, conforme demonstrado no quadro abaixo voltando aos níveis históricos da Companhia.

DEMONSTRATIVO DOS AJUSTES AO CÁLCULO DO EBITDA

	CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2012
Lucro / Prejuízo do Exercício	(5.993,0)	(76.148,0)
Provisão IR e CSLL	27.355,0	8.978,0
Resultado Financeiro Líquido	(69.170,0)	169.267,0
Participação de minoritários/funcionários	19.374,0	9.812,0
EBIT	(28.434,0)	111.909,0
Despesas de Depreciação	16.393,0	30.725,0
EBITDA	(12.041,0)	142.634,0

AJUSTES

Provisões/Reversões p/ perdas (a)	17.635,0	6.839,0
Equivalência Patrimonial (b)	77.623,0	(1.868,0)
Resultado não operacional (c)	(36.166,0)	414,0
EBITDA AJUSTADA	47.051,0	148.019,0

- Provisões/Reversões p/ perdas no recebimento de créditos com clientes e provisões p/ contingências sobre processos judiciais.
- Resultado de equivalência patrimonial apurada no balanço de 2011 da Inepar Energia, cujas demonstrações não foram consolidadas no balanço da Companhia por terem sido incorporadas em 30 de novembro de 2011.
- Resultado decorrente de venda de imobilizados.

A melhora em relação a 2011 deveu-se ao fato que no ano passado a Companhia, seguindo o critério conservador e as regras do IFRS, além da recente recomendação da CVM lançou para perdas no exercício recebíveis contabilizados referentes a pleitos em discussão judicial o que afetou negativamente o EBITDA de 2011.

EBITDA milhões R\$



Mesmo com o aumento significativo da receita em 21,2% em relação à 2011, as despesas com vendas, gerais e administrativas mantiveram-se no mesmo nível de 2011 de 11%, o que significa que os investimentos feitos na busca de oportunidades de crescimento, na busca por fornecedores e parceiros internacionais, na qualificação das equipes de propostas e principalmente nos investimentos em treinamento e desenvolvimento atingiram os resultados esperados.

O saldo líquido acumulado das despesas financeiras neste exercício ficou em R\$ 169,3 milhões. Esse valor refletiu em grande parte um incremento no nível de alavancagem e diminuição de receita financeira.

O principal fator que contribuiu para este aumento da despesa financeira líquida foi a aquisição pela Inepar das ações da Companhia Brasileira de Diques e pelo pagamento desta aquisição com os Títulos da Dívida Pública Externa, o que trouxe a consolidação da dívida existente na CBD para a INEPAR, dívidas estas contraídas principalmente quando da aquisição do mesmo e pelos investimentos que permitiram o arrendamento à Petrobras. No que se refere à diminuição da receita financeira, esta deveu-se ao pagamento pela aquisição do estaleiro com os TDP's que geraram receita financeira pela atualização dos mesmos.

O resultado líquido neste exercício acumulou prejuízo de R\$ 76,1 milhões, comparado com o prejuízo de R\$ 6 milhões no exercício de 2011, sendo que o principal fator para essa variação foi o resultado líquido financeiro explicado no parágrafo anterior.

Com o objetivo de promover uma significativa diminuição no nível de alavancagem, a Companhia, vem adotando medidas que poderão no médio prazo contribuir significativamente para este objetivo. São elas:

- Adesão ao Programa Progredir da Petrobras, cujo objetivo é financiar a cadeia de fornecedores, e com isso ter seus custos financeiros reduzidos significativamente.
- A 5ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 150 milhões, que permitirá o alongamento do perfil da dívida, bem como seu barateamento. A colocação está em andamento, tendo sido captado até o momento aproximadamente 60% do total.

3. A continuidade das negociações junto ao BNDES, visando o equacionamento total das dívidas através de alongamentos dos prazos de pagamentos, novas condições contratuais e com a permuta de ativos, principalmente CEMAT-Centrals Elétricas Matogrossenses onde detemos uma participação de 16,08%;

4. Securitização das receitas relativas ao arrendamento do Estaleiro pertencente à CBD à Petrobras que permitirá a liquidação do saldo devido pela aquisição do mesmo bem como do endividamento contratado para os investimentos necessários;

5. Venda da Bricklog para a Wilson Sons pelo valor de R\$ 115 milhões, cujas condições precedentes para o fechamento do negócio estão em andamento; e

6. Na continuidade da busca de parceiros estratégicos através da venda de participação em nossas unidades operacionais.

RECURSOS HUMANOS
Na gestão de Recursos Humanos, a empresa tem adotado políticas de incentivo ao treinamento e ao desenvolvimento de carreira, principalmente junto ao seu pessoal de produção, facilitando o atendimento à forte demanda de produção, garantindo elevados padrões de qualidade e melhorando seus índices de produtividade.

Ao final do exercício de 2012, a Companhia contava com 11.112 colaboradores diretos e indiretos, alocados na unidade fabril de Araraquara, nos escritórios, canteiros de obras e nas empresas coligadas e controladas, apresentando um aumento de 4.019 colaboradores em relação ao exercício anterior. O corpo funcional da Companhia é altamente qualificado e atende plenamente as mais exigentes normas e especificações de qualidade.

Considerando os investimentos diretos com instrutores, hora/homem dos treinandos e mais os custos da estrutura da área de treinamento da Companhia, o investimento em 2012 foi superior a R\$ 2,0 milhões.

Diversos Prêmios foram conquistados pela IESA Óleo e Gás ao longo dos últimos anos, com destaque para o Prêmio de "Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil" e "Melhores empresas para se Trabalhar no Rio de Janeiro" em 2008, 2009 e 2011, prêmio este promovido pela Great Place to Work, além da 48ª colocação de melhor empresa para trabalhar na América Latina, dentre 3000 empresas participantes.

Destaque também para os Prêmios conquistados pela IESA Óleo e Gás em Qualidade e Segurança fornecidos pela Petrobras e vários prêmios concedidos pelo Sesi Qualidade no Trabalho, categorias educação e desenvolvimento.

A IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., foi eleita como a 8ª melhor empresa para se estagiar no Estado de São Paulo, de acordo com pesquisa feita pelo CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola, sendo a única indústria metalúrgica classificada entre os 10 primeiros.

Programas e Ações Sociais
Destacamos abaixo algumas ações sociais e programas internos desenvolvidos e implantados nas empresas controladas e coligadas:

- PROBEIN – Programa de bolsa de estudos aos dependentes dos colaboradores;
- DTI – Desenvolvimento de talentos da empresa;
- Programa de estágio para filhos de funcionários ou terceiros;
- Pense – Programa desenvolvido para atender filhos de funcionários que sejam portadores de necessidades especiais;
- Doações a entidades assistenciais;
- Convênios com escolas profissionalizantes;
- Doações a entidades que estimulam o desenvolvimento do esporte;
- Campanhas de doações de sangue, em convênio com diversos hemocentros;
- Programa Sol – Criado para ser referência em segurança, organização e limpeza.

Apresentamos abaixo o balanço social de 2011 da nossa controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.:

BALANÇO SOCIAL ANUAL / 2011

Empresa: IESA - PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.

1 - Base de Cálculo	2011 Valor (Mil reais)	2010 Valor (Mil reais)	6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2011 Valor (Mil reais)	Metas 2012					
Receita líquida (RL)	330.831	388.756	Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	74,99	75					
Resultado operacional (RO)	27.087	32.581	Número total de acidentes de trabalho	55	75					
Folha de pagamento bruta (FPB)	82.290	85.333								
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL				
Alimentação	5.584	6,79%	1,69%	5.539	6,49%	1,42%				
Encargos sociais compulsórios	27.148	32,99%	8,21%	26.721	31,31%	6,87%				
Previdência privada	410	0,50%	0,12%	465	0,54%	0,12%				
Saúde	8.006	9,73%	2,42%	7.362	8,63%	1,89%				
Segurança e saúde no trabalho	1.385	1,68%	0,42%	1.696	1,99%	0,44%				
Educação	767	0,93%	0,23%	717	0,84%	0,18%				
Cultura	47	0,06%	0,01%	21	0,02%	0,01%				
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.345	1,63%	0,41%	997	1,17%	0,26%				
Creches ou auxílio-creche	18	0,02%	0,01%	10	0,01%	0,00%				
Participação nos lucros ou resultados	2.555	3,10%	0,77%	1.338	1,57%	0,34%				
Outros	5.824	7,08%	1,76%	5.551	6,51%	1,43%				
Total - Indicadores sociais internos	53.089	64,51%	16,05%	50.417	59,08%	12,97%				
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL				
Educação	403	1,49%	0,12%	418	1,28%	0,11%				

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011			31/12/2012	31/12/2011		
Circulante						Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	36.244	13.054	145.711	267.357	Fornecedores		7.827	5.383	190.586	174.342
Clientes						Financiamentos e empréstimos	16	551.761	486.233	834.055	758.546
Contas a receber de clientes faturados	6	11.704	9.586	255.692	208.101	Debêntures	17	43.497	42.323	115.131	92.037
Contas a receber de clientes a faturar	6	-	7.661	240.119	172.735	Salários e encargos sociais		3.016	1.354	117.703	77.514
Títulos e valores mobiliários	7	63.529	50.764	93.757	74.674	Impostos e contribuições a recolher	18	60.020	40.395	167.192	131.468
Estoques	8	7.585	7.752	300.589	295.367	Dividendos propostos		10.493	10.493	10.573	13.225
Títulos a receber	9	16.688	15.424	51.143	161.402	Provisão de custos e encargos	19	-	9.034	51.573	54.783
Investimentos/Bens destinados a venda	10	-	-	255.909	203.854	Adiantamentos de clientes	20	-	2.454	329.203	310.652
Créditos de impostos	11	-	36.590	94.070	126.073	Títulos a pagar	21	24.200	99.959	29.444	26.412
Dividendos a receber		8.702	25.134	3.080	-	Outras contas a pagar		27.566	2.024	86.954	51.543
Despesas antecipadas		193	194	3.501	4.740	Total do Passivo Circulante		728.370	699.652	1.932.414	1.690.522
Outros créditos	12	3.409	8.226	142.834	96.985	Não Circulante					
Total do Ativo Circulante		165.059	174.385	1.586.405	1.611.288	Exigível a longo prazo					
Não Circulante						Financiamentos e empréstimos	16	227.545	245.338	380.045	360.728
Realizável a longo prazo						Debêntures	17	68.074	2.169	339.110	166.114
Clientes	6	-	-	-	875	Impostos e contribuições a recolher	18	366.727	360.606	592.122	534.336
Contas a receber de clientes faturados	6	155.405	107.587	202.517	157.919	Partes relacionadas	23	438.618	71.196	40.708	40.708
Partes Relacionadas	23	126.965	108.613	96.995	85.824	Impostos diferidos	22	77.274	78.376	266.831	160.429
Títulos a receber	9	33.150	25.325	44.774	33.346	Adiantamentos de clientes	20	2.093	-	4.777	2.463
Títulos e valores mobiliários	7	173.051	377.034	604.896	1.038.511	Títulos a pagar	21	141.595	66.451	60.753	59.112
Créditos de impostos	11	68.449	54.189	130.634	91.625	Provisão de custos e encargos	19	6.942	-	14.193	-
Depósitos judiciais	13	13.425	13.059	24.936	25.668	Provisão para contingências	24	74.499	72.350	93.876	87.987
Outros créditos	12	-	-	31.622	104	Outras contas a pagar		1.235	1.805	27.920	24.569
Investimentos	13	1.373.555	1.125.398	287.616	275.153	Total do Passivo Não Circulante		1.404.602	839.028	1.850.823	1.436.446
Imobilizado	14	161.554	158.357	811.859	383.532	Patrimônio Líquido					
Intangível	15	391.513	9.898	509.427	56.194	Participação dos minoritários		-	-	19.290	17.926
Total do Ativo Não Circulante		2.497.067	1.979.460	2.745.276	2.148.771	Patrimônio líquido da controladora					
						Capital social	25	398.977	398.977	398.977	398.977
						Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
						Reserva de capital		4.621	4.621	4.621	4.621
						Reserva de reavaliação		67.321	80.155	67.321	80.155
						Prejuízos acumulados		(13.205)	52.510	(13.205)	52.510
						Ajuste de avaliação patrimonial		74.513	81.975	74.513	81.975
						Total do Passivo Não Circulante		529.154	615.165	529.154	615.165
						Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		529.154	615.165	548.444	633.091
								2.662.126	2.153.845	4.331.681	3.760.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita operacional líquida		32.704	6.058	1.867.964	1.536.493
Custos dos produtos e serviços		(18.324)	(2.713)	(1.520.559)	(1.246.821)
Lucro bruto		14.380	3.345	347.405	289.672
Receitas [despesas] operacionais		(17.603)	(68.896)	(235.496)	(318.106)
Despesas com vendas		(1.550)	(1.419)	(24.116)	(30.173)
Perdas/Reversões no receb. de crédito com clientes		3.391	(1.024)	(511)	(1.039)
Administrativas e gerais		(23.794)	(27.377)	(203.381)	(163.328)
Provisões de futuras perdas operacionais		(2.149)	(15.552)	(6.328)	(16.596)
Outras receitas e despesas operacionais		668	(31.228)	(3.028)	(29.347)
Resultado da equivalência patrimonial		5.831	7.704	1.868	(77.623)
Resultado operacional		(3.223)	(65.551)	111.909	(28.434)
Despesas financeiras	28	(173.172)	(136.607)	(380.561)	(292.441)
Receitas financeiras	28	100.558	190.947	211.294	361.611
Resultado antes do imposto de renda		(75.837)	(11.211)	40.736	(57.358)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	22.2	554	3.993	(12.985)	(17.426)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	22.2	(865)	1.225	4.007	(9.929)
Participações administradores/funcionários		-	-	(7.369)	(14.795)
Participações acionistas minoritários		-	-	(2.443)	(4.579)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		(76.148)	(5.993)	(76.148)	(5.993)
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício		39.892.065	37.164.791		
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício		63.136.159	58.495.139		
Lucro básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		(623,44)	(59,04)		
Lucro básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$		(685,79)	(64,95)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (Em milhares de reais)

	31/12/2011
Resultado Líquido do Exercício	(5.993)
Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexa	(4.894)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	(1.257)
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	30
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	4
Participação dos Minoritários	4.579
Resultado Abrangente do Exercício	(7.531)
	31/12/2012
Resultado Líquido do Exercício	(76.148)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	(3.108)
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	1.548
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	211
Participação dos Minoritários	2.443
Resultado Abrangente do Exercício	(75.054)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
RECEITAS	38.706	17.033	1.994.090	1.678.034
Venda de mercadorias, produtos e serviços	36.037	6.450	1.989.373	1.632.899
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.391	(1.024)	1.174	(1.031)
Outras Receitas / Despesas	(722)	11.607	3.543	46.166
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(29.662)	(74.854)	(1.250.037)	(1.162.463)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(2.593)	(2.714)	(684.742)	(680.550)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(27.069)	(72.140)	(565.295)	(481.913)
VALOR ADICIONADO BRUTO	9.044	(57.821)	744.053	515.571
Depreciação e Amortização	(7.145)	(4.844)	(20.293)	(27.897)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.899	(62.665)	716.156	495.278
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	106.389	198.651	213.164	283.988
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.831	7.704	1.868	(77.623)
Receitas Financeiras	100.558	190.947	211.296	361.611
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	108.288	135.986	929.320	779.266
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL	5.533	4.586	395.420	318.385
Salários e encargos	3.646	3.709	296.958	252.907
Benefícios	1.493	705	74.846	47.193
FGTS	394	172	23.616	18.285
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	5.670	679	167.197	150.110
Federais	5.670	670	138.636	113.924
Estaduais	-	9	18.719	19.866
Municipais	-	-	9.842	16.320
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	173.233	136.714	440.408	312.185
Juros	173.173	136.607	387.389	292.441
Aluguéis	60	107	53.019	19.744
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	(76.148)	(5.993)	(73.705)	(1.414)
Prejuízos do exercício	(76.148)	(5.993)	(76.148)	(5.993)
Participação de acionistas minoritários	-	-	2.443	4.579
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	108.288	135.986	929.320	779.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	(76.148)	(5.993)	(76.148)	(5.993)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	7.145	4.576	27.897	20.225
Perda na alienação de imobilizado/investimentos	3	-	6.230	27.191
Reversão prov. perdas imobilizado/investimentos	(612)	(800)	-	-
Amortização de ágio	-	35	-	35
Equivalência patrimonial	(5.831)	(7.704)	(1.868)	-
Equivalência patrimonial não operacional	-	-	-	4.895
Participação de acionistas minoritários	-	-	(2.443)	(63.431)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	1.286
Variações monetárias e cambiais	70.612	(74.045)	91.088	(123.230)
Impostos diferidos	865	(1.225)	(4.007)	-
Provisões (Reversões)	(6.885)	15.444	2.108	11.762
Lucro/Prejuízo Líquido do exercício ajustado	(10.851)	(69.712)	42.857	(127.460)
(Aumento) redução no ativo:				
Clientes	(42.275)	19.256	(158.698)	19.686
Estoques	167	777	(5.222)	55.269
Títulos a receber	(9.089)	(19.512)	98.831	(10.298)
Dividendos a receber	(3.080)	-	(3.080)	-
Créditos de impostos	4.535	117.830	(7.006)	181.141
Despesas antecipadas	1	3.190	1.239	2.132
Outros créditos	4.451	(3.746)	(76.636)	(33.776)
	(45.290)	117.795	(150.572)	214.154
A				

Informações adicionais sobre Empresas controladas em conjunto

1) Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.
O controle acionário é compartilhado com outros acionistas. Portanto, os componentes do balanço patrimonial e das receitas e despesas são agregados às demonstrações contábeis consolidadas na proporção da participação da Inepar.
De acordo com o estabelecido no acordo de acionistas, não há preponderância nas deliberações sociais por nenhum dos acionistas da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., tendo em vista que decisões envolvendo aspectos estratégicos para a Companhia apenas podem ser tomadas com a aprovação do Conselho de Administração mediante votos favoráveis de conselheiros que representem, pelo menos, 70% da participação societária no capital da Companhia. As decisões estão relacionadas, principalmente, a alterações estatutárias, alterações na política de dividendos, associações e fusões, emissão de novas ações, transações não relacionadas à atividade operacional, emissão de títulos com prazo superior a 2 anos, dentre outras.

2) Companhia Brasileira de Diques S.A.
Constituída em 14 de agosto de 1998, tem por objeto social a exploração comercial de diques (secos ou flutuantes) e equipamentos, acessórios e seus periféricos, para o exercício de atividades de construção, reparação, reconstrução, conversão, e manutenção de navios, embarcações, plataformas e demais equipamentos flutuantes em geral;
Arrendamento de área
Em janeiro de 2010, a Companhia firmou contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrosbras, arrendando área equivalente a 321.612 m² e respectivas benfeitorias de seu imóvel. Os recursos provenientes do arrendamento da área passaram a ingressar na Companhia no segundo semestre de 2011, após terem sido cumpridos o período de carência e as condições precedentes definidos no referido contrato.
Conforme requerido pelo artigo 33 da Instrução CVM nº 247 de 27 de março de 1996, estão apresentados na nota explicativa nº 13.2 o balanço patrimonial e a demonstração de resultados da controlada em conjunto, para permitir melhor análise da situação econômica financeira dessa Companhia.

3) **Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**
No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculados ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e as demais moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.1 **Recebíveis**
3.2 **Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**
No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculados ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e as demais moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.2 **Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**
No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculados ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e as demais moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.3 **Compensação Entre Contas**
Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 **Conversão em Moeda Estrangeira**
Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.
Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5 **Caixa e Equivalentes de Caixa**
Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6 **Ativos Financeiros**
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) recebíveis; c) disponíveis para venda e d) outros ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) **Recebíveis**
Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

(c) **Ativos financeiros disponíveis para venda**
Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias "a" e "b" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas mudanças, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é reconhecido para o resultado.

Reconhecimento e mensuração:
As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste momento, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.
A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado ("impairment").

3.7 **Contas a Receber de Clientes**
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.
As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment" (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para "impairment" se necessária.

3.8 **Estoque**
Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 **Investimentos**
Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10 **Imobilizado**
A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.
O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou partes substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 **Intangível**
Ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.
Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.
A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12 **"Impairment" de Ativos Não Financeiros**
Ativos intangíveis sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.
Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "impairment", são revisados para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Ativos intangíveis sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.
Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "impairment", são revisados para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.13 **Contas a Pagar a Fornecedores**
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.
3.14 **Empréstimos e Financiamentos**
Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 **Provisões**
As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados, e é provável que sairá saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor foi estimado com segurança.
Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.
As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 **Imposto de Renda e Contribuição Social**
As despesas fiscais reconhecidas ao imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio. O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos e lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 **Participação nos Lucros**
Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.
No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

Instrumentos Financeiros por Categoria
Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2011 conforme balanço patrimonial Circulante

	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Emprestimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	Total
Caixa e equivalentes (a)	11.477	1.577	-	-	13.054
Contas a receber (b)	-	17.247	-	-	17.247
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	43.054	-	43.054
Títulos valores mobiliários (d)	-	7.710	-	-	7.710
Títulos a receber (e)	-	15.424	-	-	15.424
Outros créditos (f)	-	-	-	8.226	8.226
Total Circulante	11.477	41.958	43.054	8.226	104.715

Não Circulante

Contas a receber (b)	-	107.587	-	-	107.587
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	43.054	-	43.054
Títulos valores mobiliários (d)	-	333.980	-	-	333.980
Títulos a receber (e)	-	25.325	-	-	25.325
Outros créditos (f)	-	-	43.054	-	43.054
Total Não Circulante	-	466.892	28.029	-	509.946
TOTAL GERAL	11.477	508.850	86.108	8.226	614.661

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 conforme balanço patrimonial Circulante

	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Emprestimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	Total
Caixa e equivalentes (a)	17.966	18.278	-	-	36.244
Contas a receber (b)	-	11.704	-	-	11.704
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	56.058	-	56.058
Títulos e valores mobiliários (d)	-	7.471	-	-	7.471
Títulos a receber (e)	-	16.688	-	-	16.688
Outros créditos (f)	-	-	-	3.409	3.409
Total Circulante	17.966	54.141	56.058	3.409	131.574

Não Circulante

Contas a receber (b)	-	155.405	-	-	155.405
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	28.029	-	28.029
Títulos e valores mobiliários (d)	-	145.022	-	-	145.022
Títulos a receber (e)	-	33.150	-	-	33.150
Outros créditos (f)	-	-	28.029	-	28.029
Total Não Circulante	-	333.577	28.029	-	361.606
TOTAL GERAL	17.966	367.718	84.087	3.409	493.180

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2011 conforme balanço patrimonial Circulante

	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Emprestimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	Total
Caixa e equivalentes (a)	231.872	35.485	-	-	267.357
Contas a receber (b)	-	380.836	-	-	380.836
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	66.164	-	66.164
Títulos e valores mobiliários (d)	-	8.510	-	-	8.510
Títulos a receber (e)	-	161.402	-	-	161.402
Outros créditos (f)	-	-	-	96.985	96.985
Total Circulante	231.872	586.233	66.164	96.985	981.254

Não Circulante

Contas a receber (b)	-	158.794	-	-	158.794
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	66.164	-	66.164
Títulos e valores mobiliários (d)	-	124.019	-	848.348	972.367
Títulos a receber (e)	-	316.159	-	-	316.159
Outros créditos (f)	-	-	66.164	-	66.164
Total Não Circulante	-	316.159	66.164	848.348	1.230.671
TOTAL GERAL	231.872	902.392	132.328	945.333	2.211.925

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 conforme balanço patrimonial Circulante

	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Emprestimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	Total
Caixa e equivalentes (a)	93.013	52.698	-	-	145.711
Contas a receber (b)	-	495.811	-	-	495.811
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	86.149	-	86.149
Títulos e valores mobiliários (d)	-	7.608	-	-	7.608
Títulos a receber (e)	-	51.143	-	-	51.143
Outros créditos (f)	-	-	-	142.834	142.834
Total Circulante	93.013	607.260	86.149	142.834	929.566

Não Circulante

Contas a receber (b)	-	202.517	-	-	202.517
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	43.074	-	43.074
Títulos e valores mobiliários (d)	-	-	-	561.822	561.822
Títulos a receber (e)	-	44.774	-	-	44.774
Outros créditos (f)	-	-	-	31.622	31.622
Total Não Circulante	-	247.291	43.074	593.444	888.809
TOTAL GERAL	93.013	854.551	129.223	736.278	1.813.065

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 conforme balanço patrimonial Circulante

	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Emprestimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	Total
Caixa e equivalentes (a)	93.013	52.698	-	-	145.711
Contas a receber (b)	-	495.811	-	-	495.811
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	86.149	-	86.149
Títulos e valores mobiliários (d)	-	7.608	-	-	7.608
Títulos a receber (e)	-	51.143	-	-	51.143
Outros créditos (f)	-	-	-	142.834	142.834
Total Circulante	93.013	607.260	86.149	142.834	929.566

Não Circulante

Contas a receber (b)	-	202.517	-	-	202.517
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	43.074	-	43.074
Títulos e valores mobiliários (d)	-	-	-	561.822	561.822
Títulos a receber (e)	-	44.774	-	-	44.774
Outros créditos (f)	-	-	-	31.622	31.622
Total Não Circulante	-	247.291	43.074	593.444	888.809
TOTAL GERAL	93.013	854.551	129.223	736.278	1.813.065

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 conforme balanço patrimonial Circulante

	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Emprestimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	Total
Caixa e equivalentes (a)	93.013	52.698	-	-	145.711
Contas a receber (b)	-	495.811	-	-	495.811
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	86.149	-	86.149
Títulos e valores mobiliários (d)	-	7.608	-	-	7.608
Títulos a receber (e)	-	51.143	-	-	51.143
Outros créditos (f)	-	-	-	142.834	142.834
Total Circulante	93.013	607.260	86.149	142.834	929.566

Não Circulante

Contas a receber (b)	-	202.517	-	-	202.517
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	43.074	-	43.074
Títulos e valores mobiliários (d)	-	-	-	561.822	561.822
Títulos a receber (e)	-	44.774	-	-	44.774
Outros créditos (f)	-	-	-	31.622	31.622
Total Não Circulante	-	247.291	43.074	593.444	888.809
TOTAL GERAL	93.013	854.551	129.223	736.278	1.813.065

3.18 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e, no consolidado, inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos, de acordo com as regras aplicáveis das Normas e Práticas de Contabilidade (NPC) número 17 do IBRACON.

3.19 **Reconhecimento das Receitas de Vendas**
A receita de vendas, no consolidado, compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.
A Companhia reconhece a receita quando:
(i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
(ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;
(iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todos os aspectos contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda; e
(iv) pelo método da percentagem completada, a receita do contrato é reconhecida na Demonstração do Resultado nos períodos contábeis em que o trabalho for executado, o mesmo ocorrendo com os custos do trabalho com os quais se relaciona. – CPC 17.

3.20 **Dividendos**
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.
3.21 **Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis**
A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.
As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:
a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente

(a) Caixa e equivalentes de caixa
As aplicações financeiras estão estruturadas em CDB's, e corrigidas em base exponencial "pro rata die", desde a data origem de cada aplicação, por taxas pós-fixadas, portanto os valores contábeis já estão registrados pelo valor da moeda no encerramento destas demonstrações.

(b) Contas a receber
As contas a receber do ativo circulante correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestações de serviço. As contas a receber classificadas no ativo não circulante referem-se, em sua maior parte, a cobranças junto a clientes fundamentadas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos (vide nota explicativa nº 6).

(c) Títulos e Valores Mobiliários-FIDC
Refere-se às quotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-FIDC, descritas na nota explicativa nº 7, que a Companhia mantém classificadas como disponíveis para venda, sendo que os efeitos de ganho ou perdas referentes ao reconhecimento do seu valor justo são registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido.

(d) Títulos e Valores Mobiliários
Os valores lançados como Outros Ativos Financeiros referem-se, principalmente, aos títulos vencidos da Dívida Externa Brasileira que estão registrados pelo valor de face atualizado com base em Laudo de Especialistas, sendo que o valor de mercado não há como determinar, podendo ser igual ao valor contábil, se houver decisão favorável à controladora para utilização na compensação de impostos e contribuições federais (vide nota explicativa nº 7a), e os valores lançados como Empréstimos e Recebíveis referem-se às debêntures não conversíveis em ações de emissão da (GFS Premium Administração e Participações S.A. Companhia incorporada em 15 de julho de 2011 pela Companhia Brasileira de Diques) e da Ibratrem Estruturas Metálicas S.A., conforme informado na nota explicativa nº 7 itens "c" e "d".

(e) Títulos a receber
Refere-se, principalmente, aos valores decorrentes de créditos sobre alienações de participações, corrigidos pela variação do IGP-M e com vencimentos até 2015, desta forma, seus valores contábeis refletem os valores de mercado.

(f) Outros Créditos
O saldo no consolidado de R\$ 142.834, lançado em outros ativos financeiros no ativo circulante refere-se, principalmente, aos adiantamentos efetuados às consorciadas pertencentes ao Consórcio IESA/Consbem/Serveng, responsáveis pelo fornecimento e instalação de via permanentes para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), e a pagamentos efetuados pela Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. por conta e ordem da Sadefem aos fornecedores dos projetos em que a Andritz tinha a Sadefem como consorciada ou parceiro estratégico no fornecimento de máquinas, equipamentos e serviços e valores retidos da lesa Projetos pela Andritz Hydro Inepar S.A., por conta de débitos devidos pela Companhia Sadefem Equipamentos e Montagens S.A..

(g) Fornecedores
São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores pela Companhia e por suas controladas e coligadas.

(h) Empréstimos e financiamentos
Os empréstimos e financiamentos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

(i) Debêntures
O valor de mercado dessas debêntures se aproxima substancialmente do respectivo valor contábil.

(j) Títulos a pagar
São valores devidos a terceiros, principalmente, por conta de acordos judiciais, e os valores estão atualizados pelo IGP.M.

(k) Outras contas a pagar
Refere-se, principalmente, aos valores devidos às empresas constituídas em consórcios/SCP, e seus valores estão atualizados.

NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa	-	7	-	10
Bancos Conta Movimento	18.278	1.570	52.698	35.475
Aplicação Financeira	17.966	11.477	93.013	231.872
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	36.244	13.054	145.711	267.357

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

NOTA 6 – CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Clientes Interno	167.109	124.834	706.393	547.558
Clientes Externo	7	7	3.117	2.824
Empresas Ligadas	-	-	2.425	-
PCLD (Provisão para Perdas)	(7)	(7)	(13.607)	(10.752)
Total	167.109	124.834	696.328	539.630

Circulante
11.704
155.405

Não circulante
11.704
155.405

A parcela não circulante das contas a receber de clientes é composta, em sua maior parte, por cobranças junto a clientes fundamentados na manutenção do equilíbrio econômico financeiro dos respectivos contratos. Devido à magnitude dos contratos, são em geral longos os prazos ajustados para a conclusão de projetos vinculados ao segmento de produtos de bens de capital e equipamentos de infraestrutura, no qual se desenvolve a maioria das operações da Companhia. Essa circunstância propicia delays no decorrer da execução dos projetos, que obriga a Companhia a cobrar, junto a clientes, o ressarcimento de gastos para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Nesse sentido, a Companhia reconheceu como contas a receber, classificadas no não circulante, os montantes de R\$ 155.405 (R\$ 107.587 em 31/12/2011) na controladora e de R\$ 202.517 (R\$ 158.794 em 31/12/2011) no consolidado. A Companhia efetuou uma análise detalhada dos valores e baseado no andamento das negociações, possui uma expectativa favorável de recebimento desses valores no longo prazo.

NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Direitos sobre Títulos da Dívida Pública (a)	70.314	238.277	454.893	853.595
FIDC (b)	84.087	86.109	129.224	132.329
GFS Premium - Debêntures (c)	16.396	21.718	36.846	39.787
Debêntures Ibratrem	58.271	73.918	71.011	73.918
Outras Aplicações e Títulos	7.542	7.776	7.679	13.576
Total	236.590	427.798	696.653	1.113.205

Circulante
63.529
173.051

Não circulante
173.051
107.587

a) Refere-se a títulos da dívida pública federal externa e, no consolidado, está composto pelo valor de R\$ 240.128 pertencentes à controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A., cujos valores foram utilizados pela Inepar S.A. Indústria e Construções em operação de aumento de capital na Inepar Equipamentos e estes valores são utilizados pela controlada para a compensação de passivos tributários federais (notas explicativas 18 e 23); R\$ 70.314 pertencentes à Inepar S.A. Indústria e Construções, valor recebido da Inepar Administração e Participações S.A. e R\$ 144.451 pertencentes à controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., valor recebido da controladora Inepar S.A. Indústria e Construções. Tais direitos estão registrados pelo valor de face atualizado dos correspondentes títulos, apurado com base em laudo de especialistas.

b) Estes títulos se encontram admitidos à negociação na Bloomberg, na Euroclear e na Bolsa de Valores de Londres.

c) O Tesouro Nacional reconhece estes títulos são pagáveis através do Ofício número 4929, datado de 04/11/2003 e ainda espelha no seu site na internet que a responsabilidade de liquidação cabe ao Banco HSBC.

d) A redução do saldo acumulado dos Títulos da Dívida Pública Federal Externa de R\$ 853.595 em 31/12/2011 para R\$ 454.893 em 31/12/2012 ocorreu em função da utilização destes valores para liquidação da aquisição de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avencas assinado em 31 de março de 2012.

e) O total de direitos sobre os títulos da dívida pública federal externa na controladora é composto por dois itens:

Direitos sobre os títulos de propriedade da Companhia no montante de R\$ 70.314.

Direitos sobre os títulos que foram recebidos da controladora Inepar Administração e Participações S.A. registrados contabilmente no Ativo (Títulos e Valores Mobiliários) e no Passivo (Muito sobre Direitos s/ Títulos da Dívida Pública) no montante de R\$ 1.394.081. Na apresentação do balanço, em função da possibilidade estipulada contratualmente de devolução dos títulos à controladora caso a compensação não seja efetivada, esses valores são eliminados.

b) O Fundo foi constituído em 30 de Abril de 2008, por meio do "Instrumento Particular de Constituição do Anter Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços" e seu regulamento está registrado no 6º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo-SP, sob nº 1548524. A Oferta foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 04 de agosto de 2008, sob o n.º CVM/SER/ RFD/2008/041 para as Quotas Seniores e sob o n.º CVM/SER/RFD/2008/042 para as Quotas Subordinadas, nos termos da Instrução da CVM n.º 356/01, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução da CVM nº 444/06, de 08 de dezembro de 2006 e da Instrução CVM n.º 400/03, de 29 de dezembro de 2006.

Este fundo busca proporcionar rendimento de longo prazo aos seus quotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de direitos de créditos verbais e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou objeto de discussão judicial, originados de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços realizadas pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas ligadas.

Os títulos foram transferidos e passam a pertencer ao respectivo FUNDO, ficando o mesmo investido no direito de cobrar os respectivos valores, através dos Agentes de Cobrança.

O total de quotas é de 160, composta de 80 quotas Seniores e 152 quotas Subordinadas, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma. A participação da Inepar Indústria no Fundo é de 59,84985147 quotas subordinadas.

O prazo de amortização das quotas é de 06 anos (com parcelas semestrais a partir de 28/12/09).

O montante amortizado das quotas pertencentes à Inepar S.A. Indústria até o período de 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.276.

Dados do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios são:

Fundo: Anter Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços. Administrador/Distribuidor: Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities.

Custodiante: Deutsche Bank S.A.

Agentes de Cobrança: A Cedente Líder IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e MDC Assessoria Empresarial S.A.

Agência de Rating: Austin Rating

Banco Estruturador: BancoSchahin S.A.

Empresa de Auditoria: KPMG Auditores e Consultores S.A.

Total dos Direitos Creditórios em 31/12/2012: R\$ 137.319.360,12

c) Refere-se a 29.799 debêntures não conversíveis em ações, de emissão da (GFS Premium Administração e Participações S.A. Companhia incorporada em 15 de julho de 2011 pela Companhia Brasileira de Diques), emitidos em 30 de setembro de 2006, com vencimento final em 10 de fevereiro de 2016, sendo que a primeira amortização vencerá no dia 10 de julho de 2013 e a última em 10 de fevereiro de 2016, atualizadas pela variação do IGP-M.

d) Refere-se, principalmente, a 46.060 debêntures não conversíveis em ações, pertencentes à Inepar S.A. Indústria e Construções, de emissão da Ibratrem Estruturas Metálicas S.A., emitidas em 30 de novembro de 2010.

Conforme Ata da 1ª Assembléia Geral de debenturistas da 2ª Emissão Particular de debêntures não conversíveis, emitida em 29/11/2012, foi alterada a data de vencimento das debêntures de 30/11/2016 para 30/11/2018, prorrogação e determinação do prazo da amortização programada e dos juros remuneratórios das referidas debêntures, para uma parcela única com vencimento em 30/11/2018.

NOTA 8 – ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Produtos em elaboração	-	-	423	63.641
Insumos e materiais	-	-	78.604	84.793
Adiantamentos a fornecedores	7.585	7.752	106.078	120.361
Importações em andamento	-	-	14.958	21.572
	7.585	7.752	300.589	295.367

O saldo de estoques em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

NOTA 9 – TÍTULOS A RECEBER

O saldo de títulos a receber está composto por valores da Inepar S.A. Indústria e Construções e das controladas IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e Inepar Equipamentos e Montagens S.A., conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Venda de Ativos e Investimentos (a)	62.767	26.034
Venda de participações (b)	22.648	15.102
Inepar Administração e Participações S.A. (c)	2.728	135.114
Outros valores (d)	7.774	18.498
	96.917	194.748

Circulante
51.143
161.402

Não circulante
44.774
33.346

a) Valores a receber decorrentes, principalmente, da venda de participações em investimentos em segmentos de negócios fora da área estratégica da Companhia.

b) Corresponde à parcela do valor da venda da participação na controlada Itaguai Energia S.A., para Emílio Mendes, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações, e Outras Avencas, firmado em 24 de maio de 2011, acrescido de atualização monetária pela variação do IGP-M e juros de 10% a.a., instrumento este substituindo o anterior, decorrente do não cumprimento dos termos previstos em contrato pela Riviera Brasil Negócios e Participações Empresariais Ltda no que se refere a falta de liquidação do valor envolvido, a administração da Inepar, nos termos do contrato de compra e venda, tomou as medidas necessárias para reverter a venda. Sendo certo que tal instrumento veio a extinguir-se em razão da aplicação da condição resolutiva nele estabelecida.

c) O saldo de R\$ 135.114, em 31.12.2011 refere-se, principalmente aos valores a receber decorrente da venda de 15% da participação que a controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. detinha na Companhia Brasileira de Diques (CBD). No primeiro trimestre de 2012, conforme consta na nota explicativa n.º 36, a holding Inepar Administração e Participações S.A. transferiu para a Inepar S.A. Indústria e Construções a totalidade de sua participação na CBD, representado por 50%, mediante liquidação com títulos da dívida pública federal externa (TDP's).

d) Outros valores referem-se, principalmente, a operações de aplicações em instituições não financeiras realizadas pela controlada IESA Óleo & Gás.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS/BENS DESTINADOS À VENDA

Classificados nos balanços das empresas controladas, discriminados abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Penta Participações e Investimentos Ltda. (a)	203.854	203.854
Outros (b)	52.065	-
	255.909	203.854

a) Conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de abril de 2004, o Conselho da controlada Inepar Energia S.A. (Companhia incorporada pela Inepar S.A. Indústria e Construções) deliberou, por unanimidade de votos, destinar a venda os investimentos representativos da participação total da Companhia na Companhia Centrais Elétricas Matogrossense S.A. – CEMAT no montante de R\$ 122.779 (30/06/2004), autorizando a diretoria a tomar todas as providências necessárias para efetivar a operação de alienação deste ativo, recomendando a imediata reclassificação deste investimento do Ativo Permanente para o Ativo Circulante.

Por conta desta deliberação, a Inepar Energia S.A. contratou a empresa especializada Moore Stephens SGR Consultores Associados Ltda para elaborar laudo de avaliação de seu investimento no capital da CEMAT, com o objetivo de se apurar o valor real do investimento para aporte de capital na controlada Penta Participações e Investimentos Ltda. Referido laudo foi colocado à disposição dos diretores no dia 25 de junho de 2004, expressando o valor avaliado no montante de R\$ 230.591. No dia 29 de junho de 2004, em reunião da diretoria, foram aprovados o Laudo de Avaliação e o consequente registro contábil do valor atribuído a este. Em 30 de junho de 2004, a Inepar Energia S.A realizou o aumento de capital na sociedade controlada Penta Participações e Investimentos Ltda, mediante o aporte do valor atribuído ao Laudo de Avaliação relativo ao investimento CEMAT.

Por ocasião das exigências previstas a partir da Lei 11.638/2007, a qual prevê o processo de adequação no Brasil das demonstrações financeiras às normas internacionais de contabilidade, os valores relativos ao investimento CEMAT, registrado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda no valor de R\$ 203.854 (R\$ 203.854 em 31/12/11) na conta de bens destinados a venda, passou a ser avaliada com base no valor justo ou custo contábil dos dois o menor, previsto no CPC 31.

b) Refere-se ao contrato firmado entre a Wilson Sons Limited, por meio de sua subsidiária Brasco Logística Offshore Ltda, e a Companhia Brasileira de Diques

NOTA 14 – IMOBILIZADO CONTROLADORA

	Terrenos	Edificações e Benefetórias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2011									
Custo	20.129	161.536	8.271	2.531	12	8.070	5.038	26.509	232.096
Depreciação acumulada	-	(29.136)	(6.163)	(2.485)	(12)	(6.720)	(4.936)	(24.287)	(73.739)
Valor contábil líquido	20.129	132.400	2.108	46	-	1.350	102	2.222	158.357
Adições	-	423	18	-	-	-	-	-	441
Reclassificação custo	-	44.564	-	-	-	-	-	-	44.564
Transferências	-	(296)	22.489	(98)	-	429	(4)	(22.520)	-
Baixas	-	(130)	(5.513)	(14)	-	(27)	(27)	-	(5.684)
Depreciação	-	(4.165)	(22.711)	68	-	(321)	(56)	22.520	(4.665)
Reclassificação depreciação	-	(37.140)	-	-	-	-	-	-	(37.140)
Baixas da depreciação	-	130	5.513	13	-	-	26	-	5.681
Saldo Final	20.129	135.786	1.904	15	-	1.458	40	2.222	161.554
Em 31 de Dezembro de 2012									
Custo	20.129	206.097	25.265	2.419	-	8.499	5.007	3.989	271.417
Depreciação acumulada	-	(70.311)	(23.361)	(2.404)	(12)	(7.041)	(4.967)	(1.767)	(109.863)
Valor contábil líquido	20.129	135.786	1.904	15	-	1.458	40	2.222	161.554

CONSOLIDADO

	Terrenos	Edificações e Benefetórias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Diques	Cais	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outras Imobilizações	Total
Em 31 de Dezembro de 2011											
Custo	20.129	181.029	267.369	15.847	-	-	12	7.589	12.160	51.958	556.093
Depreciação Acumulada	-	(36.302)	(84.048)	(7.499)	-	-	(12)	(7.589)	(12.160)	(24.951)	(172.561)
Valor contábil líquido	20.129	144.727	183.321	8.348	-	-	-	-	-	27.007	383.532
Adições	106.524	54.025	26.909	796	196.330	84.685	96	6.860	1.821	35.931	513.977
Reclassificação custo	-	44.564	-	-	-	-	-	-	-	-	44.564
Transferências	-	(3.128)	13.201	(362)	-	-	729	6.078	(273)	(16.518)	-
Baixas	-	(310)	(14.911)	(276)	(23.557)	(10.163)	(7)	(1.317)	(1.799)	(21.673)	(37.457)
Depreciação	-	(12.086)	(37.565)	(198)	-	-	-	-	-	22.514	(64.178)
Reclassificação depreciação	-	(37.140)	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.140)
Depreciação Deemed Cost	-	(15)									

avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior - demonstrações contábeis de 2011

As demonstrações contábeis do exercício de 2011 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, datado de 30 de março de 2012, contendo as ressalvas e ênfases que reproduzimos a seguir:

Ressalvas

Conforme mencionado nas notas explicativas 7, 18 e 23, a Empresa recebeu de sua controladora, ativos financeiros relacionados a direitos sobre títulos da dívida pública federal no montante atualizado de R\$ 1.642.885 mil. Está sendo pleiteado em vias judiciais o valor e o direito de utilização destes títulos na compensação de tributos e contribuições federais. O reconhecimento e a consequente realização do valor atribuído a estes ativos financeiros dependem de decisões judiciais que estão em curso. Nas demonstrações financeiras, a Empresa, do montante atualizado reduziu saldo de mútuo passivo, resultando no valor líquido de R\$ 238.277 mil nas demonstrações financeiras individuais e R\$ 853.595 mil nas demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme descrito na nota explicativa 6, estão registrados em contas a receber de clientes, Ativo não Circulante, valores correspondentes a pleitos fundamentados na manutenção do equilíbrio econômico financeiro de diversos contratos. A realização do montante de R\$ 107.587 mil na controladora e de R\$ 158.794 mil no consolidado está condicionada a conclusão dos processos judiciais e administrativos que estão em curso.

Conforme descrito na nota explicativa 13, a empresa mantém saldo de ágio apurado em investimento na empresa Inepar Energia S.A. (sociedade incorporada) no montante de R\$ 162.374 mil (controladora e consolidado). O laudo técnico apresentado para fundamentação da manutenção deste ativo foi elaborado, baseado em informações fornecidas pela empresa Inepar S.A., por projeções de longo prazo elaboradas pelo Grupo Rede e por fontes públicas e disponíveis para acesso, não se responsabilizando a empresa responsável pela elaboração do laudo, pela precisão e acurácia das informações recebidas. Adicionalmente, em verificação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 da empresa originária deste ágio (CEMAT), constatamos negativa de opinião no relatório dos auditores independentes. Dessa forma, em função das informações apresentadas no laudo e das demonstrações contábeis da CEMAT, concluímos pela incerteza da realização deste ativo.

Conforme descrito na nota explicativa 16.1, a empresa vem negociando proposta de reestruturação de sua dívida junto ao BNDES. Em decorrência do sucesso na negociação de parte deste passivo, sem que houvesse a aplicação de multa e mora, procedeu ao registro da redução no montante de R\$ 110.195 mil de sua dívida em 31 de dezembro de 2011 relativo ao contrato de financiamento para aquisição de participação nas Centrais Elétricas Matogrossenses S.A., usando para tanto os mesmos critérios das negociações anteriores. Quando de nossos exames não nos foram apresentados suficientes documentos, assinados pelo BNDES que respaldem a formalização da operação.

A controlada INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. recebeu de sua controladora nos exercícios de 2001, 2002 e 2008, ativos financeiros relacionados aos direitos sobre títulos da dívida pública federal no montante atualizado de R\$ 556.974 mil (409.072 mil em 2010), sendo que parte foi utilizada para aumento de capital e o restante registrado em um passivo de mútuo a pagar, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 67.944 mil. Estão sendo pleiteados em vias judiciais o valor de cada título e o direito de utilização destes títulos na compensação de tributos e contribuições federais. O reconhecimento e a consequente realização do valor atribuído a este ativo financeiro dependem de decisões judiciais que estão em curso.

A controlada IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A., recebeu de sua controladora no exercício de 2005, ativos financeiros relacionados aos direitos sobre títulos da dívida pública federal nos montantes atualizados de R\$ 178.796 mil (R\$ 93.830 mil em 2010) nas demonstrações financeiras individuais e R\$ 192.906 mil (R\$ 105.692 mil em 2010) nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo como contrapartida, inicialmente, um passivo de mútuo a pagar, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 66.618 mil. Estão sendo pleiteados em vias judiciais o valor e o direito de utilização destes títulos na compensação de tributos e contribuições federais. O reconhecimento e a consequente realização do valor atribuído a estes ativos financeiros dependem de decisões judiciais que estão em curso.

"Na controlada IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. estão registrados em contas a receber de clientes, Ativo não Circulante, valores correspondentes a pleitos fundamentados na manutenção do equilíbrio econômico financeiro de diversos contratos. A realização do montante de R\$ 50.332 mil (R\$ 51.932 mil em 2010) na controladora e consolidado está condicionada a conclusão dos processos judiciais e administrativos que estão em curso."

"A controlada IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. mantém investimentos com controle compartilhado na empresa TIIASA – TRIUNFO IESA INFRA-ESTRUTURA S.A., cujas demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não foram disponibilizadas para nossos exames até esta data. Dessa forma, nossa opinião não abrange os valores dos investimentos e resultado líquido de equivalência patrimonial nessa empresa nos valores de R\$ 50.794 mil e R\$ 8.965 mil, respectivamente."

Ênfases

"Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controlada em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

"Conforme descrito na nota explicativa nº 13(i), a Empresa, em 2003, integralizou capital na controlada IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., mediante cessão de máquinas e equipamentos reavaliados no valor de R\$ 33.042 mil e avaliação de acervo técnico em R\$ 20.610 mil."

"Conforme descrito na nota explicativa nº 13(ii), a Empresa, no primeiro trimestre de 2008, subscreveu ações ordinárias nominativas na coligada Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. A integralização ocorreu mediante cessão de máquinas e equipamentos e de entrega de notas promissórias com vencimentos futuros."

"Conforme descrito na nota explicativa nº 24, a Empresa é parte de processo em discussão judicial e, que diante de uma série de vícios no ato, impetrou ação de nulidade da sentença arbitral, obtendo decisão favorável na 18ª. Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná."

"O nosso relatório de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras da controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A. em 31 de dezembro de 2011 contém parágrafos de ênfase pelos seguintes assuntos: (a) as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em coligada, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e (b) a Inepar Equipamentos e Montagens S.A., em 2003, integralizou capital na coligada IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., detendo a participação de 23,5%. A integralização de capital foi efetuada mediante cessão de máquinas e equipamentos reavaliados (R\$ 13,564 mil) e avaliação de acervo técnico (R\$ 6,568 mil), representado por pessoal técnico transferido à coligada em 2004. Em 31.12.2011 a participação é de 25,40%."

"O nosso relatório de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras da controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. de 31 de dezembro de 2011, contém parágrafos de ênfase pelos seguintes assuntos: (a) as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da IESA – PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e (b) no exercício de 2005, foi constituída a empresa Controlada IESA Óleo & Gás S.A., cujo objetivo é a preparação da divisão de óleo e gás para busca de nova parceria/sócio tecnológica. A integralização de capital nesta controlada, ocorreu mediante a transferência de acervo técnico e aproveitamento de crédito de conta corrente de saldo de mútuo."

"Conforme mencionado na nota explicativa 36, a Empresa está negociando com as instituições contábeis e debenturistas a reestruturação de sua dívida objetivando o alongamento do perfil do seu endividamento, a redução de taxas de juros e a obtenção de carência para amortização. Está contemplada nestas negociações, a liquidação de dívidas por meio da cessão de ativos e investimentos de empresas controladas. Dependendo do êxito destas negociações e da geração de recursos advindos das operações, a Empresa poderá fazer face aos compromissos assumidos com credores em geral, recompor o seu patrimônio líquido e o seu capital de giro, possibilitando assim, a manutenção da sua atividade operacional."

São Paulo, 27 de março de 2013.

BAKER TILLY BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-2SP016754/O-1

EDUARDO A. DE VASCONCELOS
CONTADOR - CRC-1SP166001/O-3

CELSO LUIZ DA COSTA LOBO
CONTADOR - CRC-1SP251526/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES, no uso de suas atribuições legais, examinou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2012. Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, o parecer dos auditores externos Baker Tilly do Brasil Auditores Independentes S/S datado de 27 de março de 2013, bem como as informações e esclarecimentos que os mesmos prestaram, opinam que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras encontram-se em condições de serem apreciadas e votadas pela assembleia geral ordinária de acionistas. Nos termos do inciso II do artigo 63, da lei nº 6.404/76, devem ser consideradas as informações

complementares constantes da ata, deste Conselho Fiscal, desta data e os parágrafos, ênfases e ressalvas apontadas no parecer pelos auditores independentes acima mencionados.

Curitiba, 27 de março de 2013

Adrian Monge Jara Camille Curi

José Higino Buzcenko

Marcelo Alves Varejão

Pedro Adolpho Luiz Caldeira